

# RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL INCLUÍDA NO ENSINO REGULAR

Eliane Aparecida Calovi Fonini (SEEDF)  
Eixo temático: Educação inclusiva: práticas pedagógicas

## RESUMO

O trabalho aponta a importância da intervenção e do olhar pedagógicos na inclusão de uma adolescente com deficiência intelectual, em uma escola regular. Buscou-se subsídios sobre a trajetória da estudante nos arquivos da secretaria e demais setores da escola e em ocorreram conversas informais com a equipe escolar. O relato mostra que a escola pública que a recebeu, demonstra capacidade de formar e transformar pessoas e abrir novas perspectivas de humanização, mas longe do ideal, sobretudo, no que diz respeito a infraestrutura e sobre algumas deficiências como visual e auditiva. Neste sentido, mesmo com o naufrágio social, político e financeiro em que o país se encontra, alguns aspectos da educação inclusiva vem ocorrendo a passos largos.

**Palavras-chave:**Inclusão; adolescente; deficiência intelectual.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho revela a importância da intervenção e do olhar pedagógicos no caso de uma adolescente com deficiência intelectual, principalmente quando a família não consegue verificar as limitações de sua criança no que diz respeito a sua capacidade cognitiva. Considerando que o país possui uma legislação que garante a inclusão de todas as crianças na rede regular de ensino, é necessário refletir sobre alternativas para garantir às pessoas com necessidades educacionais especiais a oportunidade de serem incluídas na escola e no mundo do trabalho, após sua escolarização adequada a cada caso<sup>1</sup>.

O caso a ser relatado é de uma estudante que chegou à rede de ensino do Distrito Federal, em 2006, aos 6 anos, sem qualquer laudo médico ou psicológico. A matrícula e o acompanhamento da vida escolar e pessoal tem sido realizado pela mãe, da estudante. Os pais são separados e não há registro da participação do pai, especificamente, em qualquer documento ou depoimento utilizado na produção deste Relato.

A escola, tendo identificado limites importantes no comportamento da criança e na capacidade de aprendizagem, a encaminhou à equipe de apoio pedagógico da Secretaria da Educação do Distrito Federal que procedeu a avaliação e o diagnóstico psicopedagógico, apontando Deficiência Intelectual<sup>2</sup> (DI).

O caso que se apresenta mostra que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino desafia a todos os envolvidos e as implicações cotidianas variam de

---

<sup>1</sup> Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996- Lei de Diretrizes e Bases da Educação –LDB – Artigos 58 e 59.

<sup>2</sup>Saberes e Práticas da Inclusão – Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial – Suporte teórico utilizado pela SEEDF.

acordo com a inclusão específica. Põe a descoberto que a escola como um todo deve acompanhar o desenvolvimento destes estudantes a fim de garantir seus direitos, hoje reconhecidos legalmente.

O processo de escolarização da Ana (nome fictício), estudante com deficiência intelectual, residente no Paranoá/DF, iniciou-se em 2006, aos seis anos de idade, em um Centro de Ensino Fundamental, no Lago Sul e a sua trajetória escolar ocorreu toda na mesma escola, com o apoio de uma equipe pedagógica que a acompanha nos últimos anos.

Os avanços na escolaridade vêm ocorrendo num espaço temporal de dois anos para cada série (hoje nominado “ano”, conforme Lei 11.274/2006), a fim de atender as especificidades cognitivas que ela apresenta. Já se aproxima a conclusão dos estudos na educação básica, por força do artigo 59 da LDB e, em seguida, Ana deverá estar apta ao mundo do trabalho, desde que respeitadas suas limitações e poderá exercer sua cidadania, de acordo com o artigo 205 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

Buscou-se subsídios sobre a trajetória da estudante nos arquivos da secretaria e demais setores da escola e em ocorreram conversas informais com a equipe escolar (professores, orientador, coordenação pedagógica, direção).

Além disso, a relatora do caso agrega-se à história, uma vez que é professora de Ana, em uma disciplina voltada à leitura chamada *Leitura na Cabeça*, com encontros semanais e, portanto, traz a legitimidade de alguém que faz parte de sua trajetória.

## **O RELATO DA EXPERIÊNCIA: CONTEXTO SOCIAL**

No dia 03/09/99 nasce mais uma menina, para sua família nasce a filha desejada e esperada. Longe, porém, do imaginário desta família emergia um futuro escolar inclusivo para a criança.

Alguns anos do nascimento de Ana, a legislação brasileira e mundial traçava metas e diretrizes que garantiriam às crianças, com qualquer deficiência, o direito a uma educação de qualidade na qual suas limitações estivessem garantidas (Constituição de 88, Declaração Mundial de Educação para Todos 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente- 1990, Declaração de Samanca – 1994, LDB sobre a Educação Especial 1996)<sup>3</sup>. Apesar do legado de leis à sociedade, o país ainda vivencia entaves políticos e administrativos cujas implicações desafiam a professores, estudante e pesquisadores a construir espaços dialógicos que culminem em ações proativas pautadas num olhar voltado à alteridade pedagógica<sup>4</sup>. Considera-se alteridade pedagógica a capacidade de se colocar no lugar do outro, com respeito e acolhimento, na relação interpessoal com grupos, família, trabalho, lazer, etc..

---

<sup>3</sup> Acesso em 20/09/2016 <http://gestaoescolar.org.br/politicas-publicas/legislacao-educacional-trata-inclusao-759502.shtml> Artigo 208 da Constituição de 1988; Lei 7.853, de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social; Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990; Estatuto da Criança e do adolescente, de 1990; Declaração de Salamanca, de 1994; LDB sobre a Educação Especial - 1996.

<sup>4</sup>Academiasmovimento <http://www.dicionarioinformal.com.br/auteridade/Alteridade> - Significado de Alteridade Por Dicionário inFormal (SP) em 22-04-2008

Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015<sup>5</sup>, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência vem para reafirmar a autonomia e a capacidade de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência e possibilitar condições de exercício dos atos da vida civil, em situação de igualdade com as demais pessoas.

## **O COTIDIANO ESCOLAR INCLUSIVO**

Para trazer a estas páginas parte da realidade do perfil da estudante, inverte-se a cronologia de sua história escolar. Após uma década na mesma instituição, a estudante apresenta certa autonomia dentro do ambiente escolar, pois conhece os professores, a direção, coordenação, funcionários em geral, além de colegas que fazem parte do seu ambiente estudantil, há vários anos.

Ana, hoje, apresenta condições de sociabilização dentro da sala de aula, demonstra responsabilidade com os compromissos escolares, dentro de suas limitações cognitivas, participa das atividades propostas e busca, no professor, apoio quando necessita, revelando que a relação aluno-professor ocorre dentro do esperado.

Além disso, seu comportamento fora do ambiente escolar, de acordo com a mãe, soma-se ao seu perfil enquanto estudante, pois em casa faz as atividades escolares e demonstra preocupação em cumprir os prazos propostos pelos seus professores.

Destaca-se que, em reunião realizada no dia 31/09/16, por solicitação da mãe, esta consultou a escola sobre o futuro escolar da filha, uma vez já está se aproximando o 7º ano do Ensino Fundamental, último ano oferecido pela escola e, com isso, deverá encontrar outra escola. Por unanimidade, o corpo docente, diretivo e técnico da escola sugeriu que Ana permaneça na mesma escola, a fim de garantir seu desenvolvimento cognitivo e de sociabilidade. Se o primeiro é lento e, em parte, estável, o segundo, apesar de lento, evidencia um progressivo amadurecimento.

Na sequência, ainda, a escola apresentou à mãe algumas ações paralelas a serem oferecidas à estudante, como: cursos profissionalizantes (em instituições parceiras da escola) no contraturno, encaminhamento que cumpre a terminalidade de seus estudos na educação básica, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

De acordo com depoimentos de professores que acompanham a estudante, sobretudo nos últimos dois anos, Ana participa das atividades coletivas e gosta desta sociabilização, tem boa psicomotricidade, demonstra interesse em buscar os resultados positivos e enfrenta proativamente conflitos inerentes a diferentes modalidades esportivas (professor de Educação Física). Para o professor de Língua Portuguesa, ela se envolve nas atividades propostas (na maioria das vezes adaptadas) e quando não consegue realizá-las, demonstra frustração, pois já percebe-se diferente de seus colegas.

---

<sup>5</sup>Acesso em 20/09/2016 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Contrariamente, quando consegue acompanhar os colegas, demonstra satisfação. O professor da Sala de Recursos<sup>6</sup>, que acompanha a estudantes há mais de seis anos, ratifica as informações dos colegas e acrescenta que a deficiência da estudante impede a memorização de informações que necessitam ser sequenciais para o avanço escolar, razão pela qual ela encontra-se estável no que se refere ao seu desenvolvimento cognitivo, devendo, portanto, ocorrer a terminalidade de estudos na educação básica. Afirma também que deve-se fortalecer outras atividades que favoreçam o amadurecimento social, como atividades artísticas, esportivas e profissionalizantes de Ana.

Parece que a inclusão de uma estudante com deficiência intelectual como a protagonista deste relato, que mostra um atraso no seu desenvolvimento, dificuldades para aprender e realizar tarefas do dia a dia e interagir com o meio em que vive, além de comprometimento cognitivo que prejudica suas habilidades adaptativas, supera a rigidez das leis e aponta a ação humana como o fator determinante na implementação dos direitos a uma educação igualitária, porém diferenciada aos diferentes, garantindo, assim, o desenvolvimento cognitivo e social inerente à missão escolar.

Ao aportar à escola, em 2006, Ana apresentava problemas de socialização, sendo, às vezes, agressiva com os colegas. Sua fala era infantilizada e acentuada dificuldade em assimilar conteúdos, especialmente em retê-los. Em 2008, aos oito de idade, ela cursou a 2ª série, pela segunda vez, e o seu desenvolvimento cognitivo estava aquém do esperado, com poucas evidências de avanço na escrita e na leitura. Inicialmente recebeu o diagnóstico de deficiência intelectual leve, mas em outros registros o comprometimento é referido como grave. Os quadros de instabilidade emocional prosseguiram um pouco mais atenuados, com momentos de mau humor, regressão comportamental e agressividade, durante o percurso de escolarização, com comportamento de evitação, em alguns momentos, que a levavam a se esconder embaixo da mesa, sem interesse pelas atividades escolares.

Todavia, em outras situações, demonstrava interesse pela literatura infantil, prestava atenção às histórias e participava na hora da interpretação, nos limites de sua percepção e era quando mostrava-se muito feliz. Gostava de desenhar, pintar, brincar de casinha, de boneca, pique e pega. Conseguia montar quebra cabeça e encontrar pares iguais em jogo da memória, gostava de estar com os colegas pois estes demonstravam carinho por ela. Em 2009, cursando ainda a 2ª série (cada série é concluída em dois anos), exibiu dificuldades em memorizar o alfabeto e os números naturais, porém havia evolução no processo de socialização.

Em 2010, cursou o 3º ano do Ensino Fundamental em turma reduzida de integração inversa, contou com adequação curricular e atendimento em sala de recursos e fonoterápico. Contudo, não houve grande desenvolvimento em relação a fala e ao processo de alfabetização. Em 2011, já no 4º ano,

---

<sup>6</sup>Apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

beneficiou-se da temporalidade, conforme preconiza o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Base (1996), tendo as atividades que lhes eram propostas readaptadas e passou a reconhecer parcialmente o alfabeto e os números até 10, grafando-os. Em 2012, ainda no 4º ano, já reconhecia o alfabeto e algumas sílabas, conseguia contar até 50 e fazer operações matemáticas com um algarismo e, em 2013, lia e escrevia algumas palavras, realizava operações de adição e subtração de dois algarismos.

O progresso de Ana foi claramente percebido em 2014, mais madura e mais resistente as frustrações e com boa percepção de si mesma, teve o convívio com os colegas favorecido. Tornou-se frequentadora assídua da biblioteca da escola, embora ainda estivesse em processo de alfabetização e continuou demonstrando alegria e satisfação em fazer parte do ambiente escolar, interagir e participar das atividades propostas. Em 2015 e 2016, vem enfrentando os desafios do 6º ano e permanece em processo de alfabetização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conjunto de ações realizadas na escola, pelo corpo docente e técnico-educacional e pelos que conviveram e ainda convivem com Ana no ambiente escolar demanda reflexão. São procuradas respostas e alternativas que ajudem a transformar o dia a dia de uma escola inclusiva mais aprendente, menos reativa aos desafios e obstáculos que ocorrem durante o processo de uma ou de várias escolarizações inclusivas.

A despeito do avanço no processo de inclusão educacional de Ana, muito há que ser feito. Supor que a escola deve trazer respostas o tempo todo sobre tudo, é uma postura comum que merece ser reavaliada, pois a educação inclusiva no ensino regular já está vigente no país há mais de uma década e pouco se sabe sobre ações formativas a partir dos casos inclusivos que vêm ocorrendo.

Ao relatar este caso específico, surge a inquietação quando se verifica que, em quase dez anos de inclusão de Ana, de produção de estudos, de ações formativas ou discussões pontuais sobre um determinado fato da vida escolar da estudante, tais conteúdos não estão devidamente registrados e apenas empiricamente e sem o rigor necessário são utilizados para retroalimentar a dinâmica da educação inclusiva. Imprescindível, pois, que se envidem estudos, sistematizações e principalmente o compartilhamento das ações inclusivas que vêm ocorrendo nas escolas de ensino regular, entre os pares, pois estão guardados nas gavetas da burocracia da administração pública. Ademais, urge que as academias se envolvam mais com a realidade das escolas públicas, sobretudo, quando os avanços na educação brasileira vêm ocorrendo muito aquém do esperado.

Nesse sentido, como que os brasileiros irão reagir ao desencantamento social, político e financeiro vividos nos dias atuais, se a educação que é a força motriz de uma sociedade demonstra sua incapaz de oferecer às crianças e aos nossos jovens a oportunidade de formação cidadã plena.

A partir disso, ficam indagações: a educação inclusiva está ocorrendo, é um fato, mas será que apenas os incluídos estão sendo transformados? Os alunos não inclusivos tem a oportunidade de se

transformarem, efetivamente, em cidadãos inclusivos neste contexto de educação inclusiva que é vivenciado nas escolas? Os professores consideram necessário realizar a própria inclusão para se transformarem em verdadeiros mestres da docência humanizadora? Os estudantes *não inclusivos* podem se beneficiar, bebendo na mesma fonte dos incluídos, do aprendizado da resiliência, da perseverança e, algumas vezes, da disciplina?

Este relato mostrou que Ana está próxima de buscar sua qualificação para atuar no mundo do trabalho, respeitadas suas limitações. Conclui-se que a escola pública que a recebeu, demonstra capacidade de formar e transformar pessoas e abrir novas perspectivas de humanização, mas longe do ideal, sobretudo, no que diz respeito a infraestrutura e sobre algumas deficiências como visual e auditiva. Neste sentido, mesmo com o naufrágio social, político e financeiro em que o país se encontra, alguns aspectos da educação inclusiva vem ocorrendo a passos largos.

De todo modo, cabe, ainda, indagar por que uma educação inclusiva, com sua riqueza de desafios pedagógicos e ensinamentos humanizantes, ainda não conseguiu transformar a escola, os professores e os *alunos não inclusivos* em cidadãos *inclusivos* de novos saberes?

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **CF 1988. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9394/96.

BRASIL. MEC **Secretaria de Educação Especial, Saberes e práticas da inclusão : recomendações para a construção de escolas inclusivas**. [2. ed.] ... Brasília 2006. 96 p.

CORTELLA, Mario Sergio 25/08/2016 – Entrevistado por: Bruna Scirea – Jornal Zero  
Hora/RS -09h36min | Atualizada em 25/08/2016 - 09h40min